

OS MITOS DE GÊNERO QUE INSTRUMENTALIZAM AS MULHERES: UMA VISÃO DA “LINHA DE FRENTE” INDIANA

Srilatha Batliwala and Deepa Dhanraj¹

Resumo

O fundamentalismo religioso e as reformas econômicas neoliberais estão convertendo as mulheres das camadas populares na Índia em agentes e instrumentos de um processo que culmina com seu próprio desempoderamento. Ainda que essas forças não estejam agindo necessariamente em acordo, estão reconstruindo relações de gênero e outras relações sociais de poder. Já analisamos essa dinâmica em outros trabalhos (Dhanaraj et alli, 2002); neste artigo, analisaremos o papel de certos mitos de gênero. Especificamente, exploraremos os modos pelos quais alguns mitos de gênero estão sendo usados para converter as mulheres - principalmente as mulheres pobres - em instrumentos, tanto da agenda neoliberal, quanto da agenda fundamentalista na Índia. O funcionamento desses mitos é analisado no contexto de um programa rural iniciado pelo governo para abrandar a pobreza no sul da Índia, e nas cotas para mandatos de mulheres nas eleições das assembleias locais (*panchayats*).

Palavras-chave: mitos de gênero. Empoderamento. Sistema de Cotas. Pobreza.

Abstract

The religious fundamentalism and the neoliberal economic reforms are converting women of popular sectors in India into agents and instruments of a process that culminates with their own unempowerment. Even though these forces aren't acting necessary in agreement, they are reconstructing gender relations and other social power relations. We have already analyzed this dynamic in other undertakings (Dhanaraj et alli, 2002); in this article we will analyze the role of certain gender myths. Specifically, we will explore the ways some gender myths are being used to convert women - especially poor women - in instruments, of the neoliberal agenda and the fundamentalist agenda in India. The functioning of these myths is analyzed in the context of a rural program initiated by the government to mitigate poverty in the South of India, and the quotas for women mandate in elections to local assemblies (*panchayats*).

¹ Srilatha Batliwala é pesquisadora e militante feminista indiana. Nasceu em Bangalore, no sul da Índia, em 1952, e possui mestrado em Serviço Social. Atualmente é pesquisadora associada no Hauser Center for Nonprofit Organisations at Harvard University. Também é oficial do programa da Fundação Ford. Autora de vários livros dentre os quais: *Women's Empowerment in South Asia: concepts and practices*, *Transnational civil society: an introduction*, em co-autoria com Lloyd David Brown, e *Status of rural women in Karnataka*.

Deepa Dhanraj é cineasta, feminista indiana, autora de vários documentários relacionados à condição da mulher e sua participação na política, educação e saúde. Seus filmes foram apresentados na BBC, ARTE, ZDF, CBC, e SBS.

Key Words: Gender myths. Empowerment. Quotas system. Poverty.

O fundamentalismo religioso e as reformas econômicas neoliberais estão convertendo as mulheres das camadas populares na Índia em agentes e instrumentos de um processo que culmina com seu próprio desempoderamento. Ainda que essas forças não estejam agindo necessariamente em acordo, estão reconstruindo relações de gênero e outras relações sociais de poder. Já analisamos essa dinâmica em outros trabalhos (DHANARAJ, 2002), neste artigo, analisaremos o papel de certos mitos de gênero – ou melhor, certos complexos de mitos – nesse processo.¹ Especificamente, exploraremos os modos pelos quais alguns mitos de gênero estão sendo usados para converter as mulheres, principalmente as mulheres pobres, em instrumentos, tanto da agenda neoliberal, quanto da agenda fundamentalista na Índia. O funcionamento desses mitos é analisado no contexto de um programa rural, iniciado pelo governo para abrandar a pobreza no sul da Índia, e nas cotas para mandatos de mulheres nas eleições das assembleias locais (*panchayats*).

De início, desejamos enfatizar que não fazemos esta análise crítica como observadoras acadêmicas, nem negamos nossa própria participação nesse processo. De fato, a escolha dos exemplos é guiada, pelo menos em parte, pela história de nossa própria contribuição e do envolvimento de colegas, as quais temos apoiado de diferentes formas. Todas nós temos sido cúmplices, seja em papéis que tivemos no passado no ativismo popular, no treinamento feminista em *advocacy*, ou na promoção de vários mitos de gênero e fábulas feministas que só viemos a reconhecer como tais recentemente.

Deste modo, não é nossa intenção apontar ou passar a culpa. A análise que emerge aqui é o resultado da introspecção crítica, do reexame de nossos próprios pressupostos e intervenções, assim como os dos outros. Acreditamos ser um momento crítico quando todas nós, feministas – ativistas, defensoras de políticas ou pesquisadoras – devemos interrogar nossas próprias hipóteses e estratégias ou arriscarmo-nos a nos tornar completamente

¹ Para o propósito desse artigo, estamos tratando mitos de gênero como “insights feministas que passam a ser mitificados quando se tornam ortodoxias de desenvolvimento”, e fábulas feministas como pressuposições e análises que informaram estratégias que são antecipadas pelas próprias feministas. Alguns dos mais complicados mitos de gênero da atualidade não são ideias individuais, mas uma teia de crenças e pontos de vista interligados.

marginalizadas e/ou instrumentalizadas pelas forças do ressurgente patriarcado, do fundamentalismo religioso e do neoliberalismo.

1 COMPLEXO DE MITOS DE GÊNERO I: “DAR ÀS MULHERES POBRES ACESSO AOS RECURSOS ECONÔMICOS-COMO O CRÉDITO –CONDUZ AO SEU TOTAL EMPODERAMENTO”

Este mito surgiu dos bem-sucedidos esforços feministas em deslocar recursos econômicos para as mãos das mulheres, ganhar reconhecimento para o papel das mulheres na economia familiar e apoiar lideranças femininas no desenvolvimento local. Naturalmente, os esforços feministas estavam enraizados em um entendimento de que o poder econômico e o acesso aos recursos produtivos enfraqueceriam as relações e papéis de gênero tradicionais, empoderando as mulheres pobres para que demandassem mais mudanças. Porém, assim que essas estratégias começaram a demonstrar que era seguro investir no empreendedorismo e liderança das mulheres, elas foram logo convertidas em um novo mantra do desenvolvimento: as mulheres pobres são agora consideradas o melhor investimento, tanto político quanto econômico. No âmbito internacional, o Banco Mundial, a USAID, o DFID e outras agências de apoio bilateral, ao lado de algumas agências não-governamentais, têm adotado e promovido entusiasticamente essa nova fórmula. Em âmbito nacional, tanto os governos estaduais e federais, quanto os bancos rurais, têm começado a promover ativamente grupos solidários e programas de poupança e de crédito para mulheres, através de esquemas como *Diretórios de Mulheres e Desenvolvimento Infantil* (DWCRA), o *Indira Mahila Yojana* e, mais recentemente, o *Swayamsidha*. A criação de Diretorias para o Micro-Crédito e, em muitos estados, do DWCRA testemunha essa história.

O truque conceitual alcançado é bem resumido por Mary John (2004). Ela observa que um estudo nacional, como o da Shramashakti em *Comissão Nacional de Mulheres que Trabalham por Conta Própria e Mulheres no Setor Informal* (1988), registrou um número enorme de evidências dos inacreditáveis encargos suportados por mulheres pobres que

trabalham por conta própria e as que trabalham no setor informal na Índia, porém, nas mãos dos defensores das políticas neoliberais, “esses achados deixaram de ser argumentos sobre *exploração*, para se tornar provas de *eficiência*”(grifo do autor) (JOHN, 2004, p. 247). As mulheres pobres agora são vistas como pessoas que trabalham mais, são mais fáceis de mobilizar, possuem um melhor risco para crédito, são mais abnegadas, pois estão mais preocupadas com a família inteira e com as comunidades, são eleitoras mais leais, as melhores vigilantes contra a corrupção e as melhores representantes para erguer suas famílias e comunidades. Obviamente, muitas dessas afirmações são verdadeiras. A dimensão mítica surge quando se tira partido para fins econômicos e políticos das qualidades que nascem das lutas de mulheres pela sobrevivência, ao invés de um comprometimento no sentido do seu empoderamento.

Na Índia, um dos propagadores de maior prestígio desse mito é o Primeiro Ministro do Estado de Andhra Pradesh, Sr. Chandrababu Naidu. Sua afinidade com sistemas de gerenciamento de companhias de alta tecnologia trouxe para ele o apelido de CEO² de Andhra Pradesh e o patrocinador mais notável da “E-governança”. Desde 1999, quando Andhra Pradesh lançou um projeto de reestruturação econômica sob sua liderança, ele decidiu usar as mulheres rurais como instrumento chave de suas políticas e de sua estratégia política para permanecer no poder.

No contexto indiano, tal estruturação teve que incluir um componente principal contra a pobreza para apaziguar a massa pobre de eleitores rurais, que pouco se beneficiariam com políticas de desregulamentação, maiores incentivos para investimentos e remoção de barreiras burocráticas, mais voltadas para os ricos casos urbanos. No caso do Sr. Naidu, o *modus operandi* era criar uma ONG pertencente ao governo (hilariamente chamada “GONGOS” em alguns locais), administrada por representantes das elites do serviço público. O Sr. Naidu deixou claro para os funcionários do partido e do governo que a implementação se daria através de grupos de mulheres pobres. Na real política indiana (realpolitik), isto assinalava que a única clientela política em que ele estava interessado em construir era a clientela de mulheres e ele operava com as categorias de mulher com “pobre”, “rural” e “comunidade”.

² Chief executive officer, posto mais elevado dentro de uma corporação.

Deste modo, o mais amplo programa de combate à pobreza no estado estava inteiramente focado nas mulheres rurais, o projeto do Banco Mundial – Funded District Poverty Initiative Project –, com um orçamento de 26.000 milhões de rúpias indianas (US\$553 milhões de dólares, £333 milhões de libras esterlinas), sendo implementado em 20 distritos do estado. Comandado por oficiais cuidadosamente selecionados dentre a elite do Serviço Administrativo Indiano, o projeto começa com a identificação de todas as organizações de mulheres ao nível da vila (grupos de auto-ajuda, Mahila Mandals, Bhajan Mandalis).² Simultaneamente, foram identificadas ONGs para conduzir o treinamento desses grupos de mulheres nas questões de gênero e em atividades de geração de renda e práticas financeiras, tais como serviços de escritório e contabilidade.

Embora o projeto estivesse inicialmente planejado para capacitar grupos de mulheres no sentido de que elas pudessem definir e implementar projetos locais com base em suas prioridades (incluindo construção de bens de consumo coletivo recursos para a comunidade, como bombas de água potável), cedo foi reduzido à distribuição de empréstimos individuais para mulheres, com vistas ao desenvolvimento de atividades de geração de renda. Mulheres muito pobres logo saíram da rede porque não podiam pagar a contribuição semanal necessária para permanecerem como sócias do grupo solidário. Em um curto espaço de tempo, somente as mulheres com renda estável puderam continuar no grupo.

O projeto também tentou melhorar o acesso e a relação das mulheres com os mercados. Por exemplo, as mulheres que colhiam e vendiam tamarindos estavam sempre sendo caloteadas por intermediários que baixavam os preços e usavam pesos e balanças falsas. Um sistema interno, portanto, foi introduzido para checar os preços de mercado diariamente e dar às mulheres um maior poder de barganha. Contudo, muitas mulheres não podiam exercitar esse poder, já que estavam altamente endividadas com os compradores. O grupo solidário simplesmente não era uma estrutura poderosa o suficiente para desafiar pesos, medidas ou preços de compra, como uma cooperativa ou sindicato de trabalhadoras deveria ser, entretanto a conscientização sobre direitos e capacitação para lutas coletivas não faziam parte da estratégia de organização de tais grupos.

² Estes são clubes de mulheres, equivalentes aos corais da sociedade ocidental.

Ativistas comunitários começaram também a pressionar as mulheres a tomar empréstimos para múltiplas produções, aumentando drasticamente o número de horas que elas teriam que trabalhar: não existia outra forma de acompanhar o ritmo de crescimento das suas dívidas. Mas, se pudéssemos converter os lucros de todos esses empreendimentos em salários, nenhuma delas sequer estaria ganhando o salário mínimo diário. No workshop “Repensando o micro-crédito”, que ocorreu no último Fórum Social Mundial em Bombaim, mulheres rurais de diferentes partes do país falaram veementemente sobre suas onerosas dívidas e de como o pagamento dos empréstimos tinha aumentado suas cargas de trabalho em níveis desumanos. Não obstante, o projeto continuamente cita essas mulheres como modelos de empreendedorismo, o que não é surpreendente, já que o único indicador que usam é o total dos valores mensais do crédito rotativo. Nesse ínterim, nas vilas onde o projeto está sendo desenvolvido, os homens se tornaram mal-humorados e ressentidos. Gerenciando tanto dinheiro, as mulheres se tornaram uma fonte de humilhação para eles. Eles não aceitam, tampouco apreciam, a árdua carga de trabalho das mulheres, nem a armadilha das dívidas que não dão repouso. Assim, além de estar com uma sobrecarga de trabalho e ansiosas com os crescentes juros e reembolsos, as mulheres ainda têm que lidar com essa hostilidade crescente e, possivelmente, com a violência dos homens em casa.

Contudo, ainda pior é a hipótese por trás da estratégia do projeto: uma vez que o dinheiro é cedido na forma de empréstimos, as mulheres são responsáveis por melhorar seu montante e o papel do estado acaba. Ao mesmo tempo, essa benevolência acaba merecendo a fidelidade das mulheres rurais ao partido do governo, assegurando seu futuro político. O ativismo político das mulheres tem sido reduzido ao privilégio de serem agentes, consumidoras e beneficiárias de crédito controlado pelo estado e de programas de micro-iniciativa, sem que algum outro investimento na melhora das suas condições de vida seja feito. Por exemplo, não há investimentos para o fornecimento de gás de cozinha, água próxima às suas casas, ou oferta de cuidado diurno para as crianças menores, de sorte que as irmãs mais velhas possam frequentar a escola. As mulheres estão tão preocupadas em auferir uma renda para cobrir seus empréstimos, que acabam tendo pouco tempo ou energia para participar de atividades públicas ou se organizar em torno de outras questões.

Ironicamente, esta é a mesma região da Índia que presenciou a participação massiva de mulheres pobres em movimentos políticos de grande escala (como a luta armada em

Telengana; ver SANGHATANA 1989; SEM 2000, p. 24), por terra, por salários mínimos, em protestos contra o aumento de preço dos bens de consumo, contra a venda de licores caseiros que empobreciam as famílias enquanto enchiam os cofres públicos com os rendimentos. Atualmente, as mulheres desta mesma região estão sendo convertidas em instrumentos passivos das medidas contra pobreza, do regime de ponto único, com pouca ou nenhuma capacidade de negociar uma agenda ou enfoque diferente. A humilhante derrota do partido do Sr.Naidu nas eleições estaduais de Maio 2004 em Andhra Pradesh, pôde, ao menos em parte, manifestar a rejeição das mulheres a essas políticas e estratégias e sua tentativa de recuperar seu ativismo político através da urna eleitoral.

Esse tipo de foco limitado não é incomum nas estratégias baseadas em créditos. Uma década atrás, os trabalhadores do BRAC, uma ONG de Bangladesh famosa pelo seu programa de larga escala de combate à pobreza, também focado nas mulheres, admitiu a mesma situação numa avaliação sobre o impacto de gênero do seu trabalho:

A evidência sugeriu que a participação nos programas da BRAC tinha fortalecido o papel econômico das mulheres e, até certo ponto, aumentado as medidas de empoderamento das mulheres em termos de mobilidade, segurança econômica, consciência sobre as leis, tomada de decisões e a libertação da violência dentro da família. Entretanto, o fato de que os imperativos da distribuição de créditos estavam eclipsando os objetivos da mudança social foi amplamente reconhecido pela equipe da BRAC (RAO; STUART; KELLEHER, 1999, p. 43).

Os programas de combate à pobreza estão obviamente enraizados em estruturas ideológicas. O programa em questão demonstra a pesada influência do paradigma neoliberal, sendo planejado para assegurar que as pessoas, seguramente as mulheres, participem da forma mais limitada do desenvolvimento econômico, na forma mais apolítica e desempoderada que possa ser imaginada. Como argumenta Lucy Taylor (1996, p. 785), a agenda neoliberal exige que o estado mantenha “aqueles que não se esqueceram do seu passado ativista [...] ocupados, a salvo e à parte de considerações políticas mais amplas, porque submersos nas minúcias de questões do seu próprio quintal”.

A agenda neoliberal, como sugere Taylor (1996), exige que os cidadãos aceitem a identidade reformada do Estado como facilitador, ao invés de provedor do avanço individual e social. Ela também exige as identidades gêmeas de cidadãos e indivíduos – i.e., o cidadão ativo, socialmente responsável, e o indivíduo ativo e socialmente responsável,

que está no comando de seu próprio destino. As regras neoliberais para as novas cidadãs, como as evidenciadas no projeto de Andhra Pradesh, são bem claras: melhorem as condições econômicas de seu lar, participem no desenvolvimento de sua comunidade local (se tiverem tempo), ajudem a construir e dirigir instituições não-políticas locais, como o grupo de ajuda; até lá, você não terá nenhuma energia física ou política de sobra para desafiar este paradigma. Essas regras sustentam um tipo de ativismo despolitizado ao nível local que impede a motivação para a luta.

Por que isso nos diz respeito? Não é suficiente que as mulheres pobres tenham ganhado mais acesso aos recursos produtivos? É a experiência do Estado de Gujarat, com uma das mais antigas e amplas redes de crédito para mulheres e grupos e geração de renda, que desafia tal complacência. É nesse estado que ideologias totalitárias, fundamentalistas, contra os pobres e suas ideologias, amplamente inalteradas e incontestadas, têm promovido sua política violenta no âmbito das camadas da base. Foi também nesse estado que, no início de 2002, ocorreu um dos massacres mais horrendos organizados pela máfia Hindu contra uma minoria islâmica (o pior desde a separação da Índia em 1947, no qual as mulheres islâmicas foram as principais vítimas).

Embora extensos programas de empoderamento econômico desenvolvidos para mulheres pobres, em sua maioria operacionalizados por ONGs, tenham ostensivamente promovido um sistema de valores tolerante e unificado, nenhuma dessas redes, sejam islâmicas ou Hindus, parece ter tido consciência da proximidade do massacre ou da malévola campanha de ódio que, agora sabemos, foi disseminada pelo menos um ano antes do massacre (Khan 2002). Na mesma área na qual essas mulheres viviam, o grupo fundamentalista, *Vishwa Hindu Parishad*, estava ativa e agressivamente mobilizando as mulheres para a Durga Vahinis (milícia de mulheres) e fornecendo treinamento em armas, para que elas se defendessem contra o insaciável apetite sexual dos homens, em minoria. Parece inacreditável que nada disso foi observado pelas mulheres nas micro-iniciativas ou pelos grupos que trabalhavam por conta própria e que pontuam o estado, ao menos que estivessem tão enfocados em suas atividades econômicas que não sentiram os ventos políticos soprando em suas vilas e bairros. Ou será que foi porque políticas mais amplas nunca foram incluídas nas agendas semanais nem mensais das reuniões das mulheres?

O que podemos ver é um quadro confuso em que, por um lado, as agendas fundamentalistas estão mobilizando ativamente as mulheres de todas as classes em seus movimentos e, por outro, as organizações políticas de milhares de mulheres pobres estão sendo dissipadas através de um modelo de participação e cidadania promovido por meio de uma moda muito instrumentalista pelo estado e por seus aliados internacionais. É, de fato, assustador contemplar o fato de que, na Índia, a única força sempre interessada em empoderar mulheres pobres como atrizes sociais é o movimento fundamentalista hindu.

2 MITO DE GÊNERO -COMPLEXO II

Se as mulheres ganharem acesso ao poder político, elas optarão por políticas que promovam a equidade social e de gênero e o desenvolvimento pacífico e sustentável. Assim, as cotas ou outros métodos para assegurar proporções altas de mulheres em postos eletivos transformarão essas instituições. As mulheres alterarão o caráter da cultura e da prática política do poder público (ONU 1995)

Não é difícil entender como surgiu essa fábula (acreditamos que por volta de 1970). A dominação masculina dos poderes públicos e políticos levou à destruição da vida, da humanidade e da própria terra. Até mesmo nas chamadas "democracias liberais", a própria noção de democracia foi reduzida, como o falecido Claude Ake (1996) chamou atenção, para uma versão minimalista, em que o privilégio principal desfrutado pelos cidadãos é o de alguma proteção advinda do poder do estado. Na medida em que as feministas do Norte e Sul começaram a expandir e a aprofundar seus entendimentos das raízes da discriminação de gênero, elas perceberam que o acesso da mulher ao poder e às instâncias do poder decisório no domínio público era tão importante para conquistar a equidade de gênero quanto mudar as relações de poder na esfera privada da família (ONU - Declaração de Beijing e Plataforma de Ação, Objetivos estratégicos G1 e G2).

Olhando para trás como quem esteve envolvida nesse processo, acreditamos que existiam vários pressupostos explícitos e implícitos fundamentando esta análise, a saber:

* a transformação na posição e condição da mulher (YOUNG, 1988) – reunindo as necessidades práticas e estratégicas, só poderia ser sustentada e alcançada em termos macro, através de mudança política (possibilitando políticas, legislação, proteção e reforço dos direitos das mulheres);

* a representação das mulheres na esfera política global, nacional e local avançaria a causa da equidade de gênero e direitos das mulheres e, com o tempo, sustentaria o ímpeto por tal mudança;

* uma significativa massa de mulheres em instituições políticas também iniciaria políticas de desenvolvimento e relações internacionais que avançariam a justiça social e econômica, através do fomento e promoção de resoluções de conflito não violentas, desenvolvimento sustentável e socialmente justo, bem como o acesso e proteção do completo corpo de direitos humanos, dando prioridade às pessoas e ao meio ambiente, acima dos lucros;

* a importante massa de mulheres nas instituições políticas transformaria a verdadeira natureza do poder e a prática política, através de valores de cooperação e colaboração, segurando o poder em curadoria (poder no interesse de e não acima de) e agindo com muita transparência, honestidade e responsabilidade pública. Em outras palavras, existia uma crença de que as mulheres *fariam política* de forma diferenciada e *exerceriam o poder* com responsabilidade.

Com a sabedoria da retrospectiva, podemos ver como esses pressupostos refletiram os nossos, até então limitados, entendimentos sobre cidadania e de como a cidadania foi construída não só nos caminhos de gênero, mas através de outras categorias de poder social. Assumíamos então que a cidadania era um terreno permanente e restrito e não que, “assim como as relações de poder, os direitos de cidadania não são permanentes, e sim objetos de luta a serem defendidos, reinterpretados e estendidos” (MEER; SEVER, 2004, p. 2).

Nós acreditávamos que, quando as mulheres tivessem acesso ao poder político, elas lutariam por maior justiça e equidade. A tentativa para colocar as mulheres na política se tornou forte e visível em muitas partes do mundo desenvolvido e em desenvolvimento, nos

meados dos anos 70 e dos anos 90, muitos países europeus, os Estados Unidos e países em desenvolvimento, como a Índia, as Filipinas, África do Sul, Uganda, Brasil, Chile, México e muitos outros, tinham um número amplo de mulheres em seus partidos políticos e em instituições do governo em vários níveis. Em alguns contextos, particularmente na Índia e na África do Sul, fatores de “puxar” as mulheres, como os sistemas de cotas foram usados, enquanto em outros, como os EUA e algumas partes da Europa Ocidental, fatores de “empurrar” (principalmente pressão dos movimentos de mulheres), trabalharam efetivamente para aumentar o número de representantes mulheres eleitas. Com o tempo, as lutas feministas para propiciar uma representação maior de mulheres e por uma efetiva participação na política foram apanhadas e encapsuladas em módulos e moldes pelas agências financiadoras internacionais e outras instituições, que começaram a promover a nova agenda da “boa governança”, que se deu principalmente no Sul.

Seria um grave prejuízo para milhares de mulheres corajosas dizer que todas as suposições sobre seu impacto na política pública e poder foram mal interpretadas. Porém, a experiência das últimas duas décadas nos força a confrontar com algumas realidades problemáticas e reformular nossa visão para transformação através do poder político.

O fenômeno mais preocupante no momento é que o espaço que tem se expandido para as mulheres na política tem sido aproveitado muito mais efetivamente pela direita, principalmente por partidos e agendas conservadoras e fundamentalistas. Nos EUA, por exemplo, enquanto os democratas se vangloriavam por ter conseguido o maior número de mulheres candidatas para o Congresso e Senado, os republicanos estão rapidamente fechando esta abertura. Como diz o website *Gender Gap*:

[...] muitas tendências indicam que terão maiores ganhos no futuro. Muitas mulheres estão nos cargos públicos. Muito mais mulheres estão ganhando suas mais importantes disputas (73 por cento das candidatas da câmara ganharam suas disputas, mais do que 57 por cento, em 1996, e 48 por cento, em 1992). Ambos os partidos mais importantes estão cotejando candidatas, as que provaram que podem empreender uma grande campanha.

Grupos fundamentalistas cristãos, com sua filiação estreita às agendas políticas conservadoras, são os que têm mobilizado em grande escala as mulheres pobres, proletárias e de classe média, eleitoras e ativistas, e não os movimentos ou partidos progressistas³.

No sul asiático, a enorme mobilização de mulheres pelos fundamentalistas religiosos, incluindo o campo de candidatas políticas, é muito assustador⁴. Antes das últimas eleições em curso, existiam quatro mulheres ministras de vários governos de estado indiano, o maior na história pós-independência, e todas elas eram membros do partido nacionalista do governo, ou aliadas próximas. Isto se tornou evidente depois que a mídia capturou imagens de milhares de mulheres hindus por todo o país, juntando-se às marchas e ao transporte simbólico de materiais para o *Babri Masjid*, uma antiga mesquita destruída pelos fundamentalistas hindus em 1992, para construir o templo de *Ram* que foi supostamente destruído quando a mesquita foi construída. As imagens se tornaram mais agressivas durante as revoltas contra o islamismo, em Bombaim, em 1993: milhares de mulheres Hindus fizeram bombas de petróleo, que os homens lançaram sobre casas islâmicas. O ápice, porém, foi atingido antes, durante e depois do massacre organizado contra os islâmicos no estado de Gujarat, início de 2002, quando milhares de mulheres hindus pobres e de classe média ativamente apoiaram os agressores, uniram-se aos saques das lojas islâmicas e marcharam em um número massivo para os comícios políticos e procissões que foram organizadas em apoio ao regime fundamentalista do Estado.

Descartar esse fenômeno simplesmente como resultado da falsa consciência, ou da instrumentalização de mulheres submetidas a líderes sinistros e céticos é um terrível engano. A participação das mulheres nesses movimentos, se observarmos de perto, está longe de ser passiva ou cega, ela resulta do seu próprio ativismo. Como argumentamos antes e em consonância com Dhanraj (2002), o fato é que os movimentos fundamentalistas criaram um espaço político genuíno e papéis para as mulheres. Eles lhes deram a possibilidade de serem atrizes sociais reais, um senso ativo de serem as arquitetas de um grande projeto público, de construir uma nova sociedade. Lamentavelmente, isso é algo que nenhum dos outros partidos políticos, nem o movimento trabalhista, nem mesmo os

³ Foi interessante notar, por exemplo, que mulheres afro-americanas constituíam o único eleitorado mais amplo que era contra a guerra no Iraque, embora nunca mobilizado de forma significativa por nenhum movimento progressista nos EUA depois da era de direitos civis.

⁴ O Vishwa Hindu Parishad lançou acampamentos de treinamento especial para as juízas hindus para agirem como 'protetoras da fé', incluindo treinamento no uso de espadas e outras armas.

movimentos sociais progressistas (incluindo o movimento feminista) fizeram na mesma escala ou com o mesmo sentido intenso de finalidade. É também desafortunado o fato de que, no atual panorama indiano, os fundamentalistas hindus sejam os mais eficazes e propositais no uso de estratégias de mobilização de massa, incluindo-se, dentre elas, o programa mais intencional de mobilização de mulheres.

Enquanto isso, a Índia se vangloria de ter aproximadamente um milhão de mulheres eleitas para os conselhos de seus vilarejos e cidades, graças à aprovação da 73ª emenda da Constituição da Índia, na qual as feministas tiveram pouco peso. Essa emenda tornou obrigatório que 33% de todas as posições nos conselhos locais estivessem reservadas às mulheres. Criou também reservas para homens *Dalit*³ e para aqueles advindos de tribos. Isto foi efetivado pelos bem-intencionados defensores de Gandhi e por burocratas que conjecturaram uma forma de governança e descentralização local que transformaria a Índia rural, engendrando uma revolução social, empreendida pelo Estado, que poderia reparar os séculos de marginalização sofridos pelos *Dalits* e pelas mulheres.

O discurso sobre o impacto dessa mudança estrutural nunca vista antes, o mais amplo experimento dessa natureza em todo mundo, é um tanto banal na sua maior parte. É um discurso muito polarizado entre as histórias negativas da agregação e subversão de mulheres, de um lado, e as histórias de alegres protagonistas que rejeitam a crítica ou qualquer análise que não seja de elogios, de outro. Ambas as posições geralmente derivam de evidências anedóticas e posições ideológicas, ao invés de uma averiguação mais séria do que realmente está acontecendo. É claro que existem alguns estudos qualitativos e em larga escala, contudo, eles deixam de capturar muitas das complexidades e nuances da realidade. Eles nos dizem pouco sobre o que tudo isso tem significado para as mulheres e homens das castas e comunidades pobres eleitos, como esses têm negociado seus papéis nas assembleias e qual a natureza da cultura política das bases e seu funcionamento.

O que temos presenciado na base – como documentado no filme de Dhanraj, *Taking Office* – é um quadro muito complexo, em que as relações de gênero e de poder, tanto feudais/semifeudais, quanto patriarcais, estão sendo desafiadas, trocadas, acomodadas e modificadas ao mesmo tempo. Uma mulher sem terra, trabalhadora *Dalit* é eleita e escolhida Presidente do Conselho da vila, no qual o proprietário de sua casa (ou sua

³ N.T. Os *Dalit* constituem a casta mais pobre e desprivilegiada da sociedade indiana.

mulher), pertencente a uma casta mais alta da sociedade, é também um membro eleito. Os *Dalits*, os integrantes de tribos, os representantes de castas desprivilegiadas e os homens e mulheres eleitos provenientes de minorias têm que negociar num amplo e perigoso campo minado de políticas de castas e classes, de redes de patronato e afiliações, enquanto as bases econômicas e sociais de suas vidas, fora do *panchayat*, continuam imutáveis.

Sabemos de mulheres eleitas que acabaram ficando quase em prisão domiciliar por tentarem desafiar a distribuição do orçamento. Elas foram espancadas, ameaçadas, subornadas e forçadas a apoiar as agendas das castas e classes dominantes nos Conselhos. Sabemos também que, em razão de a maioria das mulheres ter iniciado uma vida política nessas instituições sem qualquer tipo de treinamento, habilidades e experiências políticas ou ideológicas – por exemplo, não tinham sido membros de nenhum partido ou grupo político –, tendo apenas a experiência apolítica limitada dos grupos de autoajuda em suas vilas, elas têm sido forçadas a aprender e adquirir as habilidades necessárias da forma mais árdua e a um alto custo. Temos visto mulheres devotando todo o seu tempo e energia para simplesmente aprender a se movimentar nesse labirinto. Muitas triunfaram de forma extraordinária, apesar desses revezes, e conseguiram conquistar alguns recursos para o seu eleitorado. De fato, a maioria das mulheres eleitas com as quais temos interagido está longe de ser marionete passiva. Elas demonstram uma notável resistência ao tentarem, repetidas vezes, exercitar seu ativismo para cumprir com suas responsabilidades, flexionar seus músculos políticos, ou simplesmente funcionar de forma autônoma.

Um dos principais obstáculos observados reside no fato de que essas mulheres lutam na ausência de modelos alternativos de poder. Como mostra Anne Marie Goetz (2003, p. 3,5-6), suas imagens de liderança e experiência do exercício de poder são adquiridas na família/lar, a partir das estruturas socioeconômicas baseadas em feudos e castas em que vivem e das poucas instituições estatais e não estatais, com as quais interagiram em suas vidas: a escola, os administradores governamentais locais e, talvez, ONGs rurais e organizações para o desenvolvimento. Nenhuma dessas instâncias e pessoas são exatamente modelos de políticas alternativas, muito menos praticantes inovadores do poder. Ativistas feministas têm tentado criar estas alternativas em alguns lugares, porém, quase sempre, grupos de mulheres logo estigmatizam essas líderes eleitas, acusando-as de

serem cooptadas ou corrompidas pela cultura política dominante, ao invés de apoiá-las a construir uma alternativa.

Além dos célebres exemplos, Indira Gandhi, Benazir Bhutto, Margareth Thatcher, Jayalalitha, existe na política de hoje, em todos os níveis, um número crescente de “mulheres com bigodes”, como as tem chamado as mulheres latino-americanas: são duras, valentes, agressivas e, algumas vezes, políticas corruptas. Acreditamos que é muito simplista descartar isso como resultado de uma consciência masculina mascarada em corpos femininos. Todavia, em um país como a Índia, existem pouquíssimas mulheres eleitas bem sucedidas para servirem de mentoras ou modelos.

3 CONCLUSÃO

A análise acima sobre como operam os dois principais mitos de gênero parece sugerir que um projeto mais amplo está acontecendo na Índia, sendo que um deles está construindo e utilizando as mulheres como tipos particulares de cidadãs políticas, econômicas e sociais.

O mito de que as mulheres são as melhores agentes e o melhor investimento no combate à pobreza e para a criação, em massa, de grupos de autoajuda a mulheres parece estar nutrindo uma forma de ação coletiva despolitizada, que, de nenhuma forma, ameaça a ordem de poder e estrutura política vigentes. Estes grupos, forçados a focalizar toda sua energia nas atividades produtivas, no pagamento dos empréstimos e na sobrevivência do coletivo, parecem não se dar conta das manifestações ideológicas e políticas que realmente acontecem embaixo de seus narizes. A análise de Lucy Taylor (1996, p. 780) sobre a reinterpretação da sociedade civil e da cidadania no Chile durante o período da ditadura e pós-ditadura, quando as “estratégias gêmeas de incorporação e marginalização” foram usadas, demonstra não só como os grupos de autoajuda foram os instrumentos das políticas dessa agenda, como também que essa estratégia não é específica da Índia.

Não estamos sugerindo que os programas de empoderamento econômico para as mulheres sejam desempoderadores ou um fracasso consumado. O sucesso do microcrédito

para mulheres está bem comprovado (ver ILO 1998), e não vale a pena levantar mais uma crítica aqui. Nosso propósito é focalizar em como tais intervenções estão sendo planejadas e implementadas de maneira cada vez mais “desempoderadora”, instrumentando mulheres pobres, mas de forma distorcida para servir a outras agendas.

No tocante ao âmbito político, longe das mulheres transformarem as políticas, o que tem sido constatado é uma evidência do contrário. Particularmente perturbador é o modo pelo qual os partidos fundamentalistas têm fomentado a participação política das mulheres para promover suas agendas. Ao nível das bases, estamos testemunhando esse tipo de instrumentalização e marginalização das mulheres eleitas representantes de múltiplas formas, numa maneira muito semelhante ao que ocorre em outras partes do mundo (GOETZ; HASSIM 2003). Como Vijaylakshmi e Chandrasekhar (2001) atentaram em uma das análises, “o sistema de representação que dá a mulher ‘autoridade’ por sua conquista de um posto eletivo não se transformou em um ‘poder’ efetivo”.

Mas o que está claro é que os mitos referentes à capacidade das mulheres em transformar tanto a política quanto o poder público têm sido centrais em todos esses processos. Por certo, subestimamos o poder dos modelos existentes de política e poder para corromper, cooptar ou marginalizar as mulheres e como isto as manipularia ou as forçaria a ajustar seus objetivos para se adequar aos interesses limitados dos partidos. Falhamos em discutir a possibilidade de que as mulheres seriam proponentes de ideologias reacionárias, sexistas, racistas, elitistas ou fundamentalistas.

Desta forma, se somarmos a mobilização das mulheres pela agenda fundamentalista com as formas despolitizadas de ações coletivas promovidas por programas de micro-crédito financiados pelo estado e com a subversão da representação das mulheres eleitas no *panchayats*, o que emerge é uma forma profundamente problemática e limitada de cidadania para as mulheres – uma forma que deve ser seriamente analisada, desafiada e reestruturada. Mas isso é também um momento de aprendizado importante para feministas. Estamos claramente em um momento crítico da história, onde a marginalização das críticas feministas e a apropriação de nossas estratégias nos forçam a remodelar nossas análises e enfoques.

Isto não pode ser conquistado sem olhar de perto para o que está acontecendo com as mulheres na base. Fazer uso das lentes dos mitos de gênero nos ajuda a desenterrar os

processos mais profundos, mais fundamentais da reestruturação do poder e da política que estão em curso, os modos pelos quais o patriarcado ressurgente, a economia neoliberal e o fundamentalismo se combinam para construir um novo tipo de cidadã do sexo feminino. O desafio agora é caminhar na direção de abordagens mais contextualizadas que possam, assim espera-se, começar a confrontar e conter essas enormes forças.

REFERÊNCIAS

AKE, C. (1996). 'Mistaken identities/; how misconceptions of relations between democracy, civil society and governance devalue democracy', keynote Paper for the International Workshop on Government, Getulio Vargas Institute, Sao Paulo, Brazil, November.

DHANRAJ, D.; BATLIWALA, S.; MISRA, G. (2002) Facing the future: a south Asian perspective on challenges for the women's movement, AWID Ninth Forum, 'Re-inventing globalization', Guadalajara, Mexico, 3-6 October, Occasional Paper 2, www.awid.org/forum/, and forthcoming in J.Kerr and E.Sprenger (eds), *Feminist Futures*, Amsterdam: Mama Cash

GOETZ, A.M. (2003) Political cleaners: how women are the new anti-corruption force, paper presented at the conference 'gender Myths and Feminist Fables: Repositioning Gender in Development Policy and Practice', 2-4 July, Institute of Development Studies, Brighton.

GOETZ, A.M; HASSIM, S. (2003) *No shortcuts to Power: african women in politics and policy making*. London: Zed Books.

ILO (1998) Women in the informal sector and their access to microfinance, paper prepared by the International Labour Office (ILO) for the Inter-Parliamentary Union (IPU) annual Conference, Windhoek, Namibia, 2-11 April. (rever todas esses referências de artigos)

John, M. (2004). Gender and Development in India, 1970-90s. in: CHAUDHURI, M. (ed.) *Feminism in India, New Delhi: Kali for Women and Women Unlimited*. Número da edição. Cidade: Editora.

KHAN, Z.-I. (2002) New evidence that Gujarat pogroms were preplanned. Disponível em: www.milligate.com/Archives/01112002/0111200291.htm.

MEER, S.;SEVER, C. (2004) *Gender and citizenship: overview report*. Bridge Pack on Gender and Citizenship. Brighton: Institute of Development studies

National Commission on Self-Employed Women and women in the Informal Sector, 1988, Shramshakti, Delhi: Government of India, Ministry of Human Resource Development

RAO, A.; STUART, R.; KELLEHER, D. (1999) Building gender capital at BRAC: a case study. in: RAO, A.;STUART, R.; KELLEHER D. (ed.). *Gender at Work: – organizational change for equity*. Connecticut: Kumarian Press.

SANGHATANA, S. (1989). *We were making history: life stories of women in the Telengana Struggle*. New Delhi: Kali for Women.

SEN, S. (2000). Toward a feminist politics? The Indian Women's movement in historical perspective. World Bank Policy Research Report on Gender and Development, Working Paper Series 9, Washington, D.C.: World Bank (seguir o modelo de referência indicado acima)

TAYLOR, L. *Civilizing civil society: distracting popular participation from politics itself*. Contemporary Political Studies Association, www.psa.ac.uk/cps/1996.htm:778-85, 1996.

UNITED NATIONS. *Beijing Declaration and Platform for Action* . New York: United Nations, 1995.

VIJAYLAKSHMI, V.; CHANDRASEKHAR, B. K. *Authority, Powerlessness and Dependence: women and local governance in Karnataka*. Bangalore: Institute of Social and Economic Change, 2001.

YOUNG, K. *Gender and Development: a relational view*. Oxford: Oxford University Press, 1988